

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.552.659 - RS (2019/0220546-7)

RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA
AGRAVANTE : TECBRIL INDUSTRIA E COMERCIO DE TINTAS LTDA
ADVOGADOS : SABRINA COLUSSI SOUZA - RS060566
LOURDES VOLPATO DOS SANTOS - RS080158
AGRAVADO : FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pela TECBRIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE TINTAS LTDA. contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região assim ementado (e-STJ fl. 2.676):

TRIBUTÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. REPERCUSSÃO GERAL. SOBRESTAMENTO. IMPOSSIBILIDADE. CONTRIBUIÇÃO AO SEBRAE-APEX-ABDI. INCONSTITUCIONALIDADE DA COBRANÇA APÓS A EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 33/2001. NÃO OCORRÊNCIA.

1. O Supremo Tribunal Federal, na Questão de Ordem no Recurso Extraordinário com Agravo nº 966.177, entendeu que “a suspensão de processamento prevista no § 5º do art. 1.035 do CPC não consiste em consequência automática e necessária do reconhecimento da repercussão geral realizada com fulcro no caput do mesmo dispositivo, sendo da discricionariedade do relator do recurso extraordinário paradigma determiná-la ou modulá-la”.

2. A alínea "a" do inciso III do § 2º do artigo 149 da Constituição Federal, que prevê como bases de cálculo das contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico o faturamento, a receita bruta, o valor da operação e, na hipótese de importação, o valor aduaneiro, não contém rol taxativo. Apenas declinou bases de cálculo sobre as quais as contribuições poderão incidir.

3. As contribuições incidentes sobre a folha de salários, anteriores à alteração promovida pela Emenda Constitucional nº 33/2001, no artigo 149 da Constituição, não foram por ela revogadas.

4. A Emenda Constitucional nº 33/2001, ao incluir o inciso III no § 2º do artigo 149 da Constituição Federal e explicitar determinadas bases de cálculo para as contribuições de intervenção no domínio econômico, não o fez de forma taxativa, não retirando o fundamento de validade das contribuições ao SEBRAE-APEX-ABDI.

A recorrente também interpôs recurso extraordinário, sobrestado na origem, para aguardar o julgamento do Tema 325 do STF (e-STJ fl. 2.769).

Passo a decidir.

A questão objeto do apelo extremo interposto na origem, em que se questiona a subsistência da contribuição destinada ao sistema Sebrae, após o advento da EC 33/2001, teve a repercussão geral reconhecida pela STF (Tema 325). Segue a ementa:

TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÕES. BASES ECONÔMICAS. ART. 149, § 2º, III, A, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, INSERIDO PELA EC 33/01. FOLHA DE SALÁRIOS. CONTRIBUIÇÕES AO SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - SEBRAE, À AGÊNCIA

Superior Tribunal de Justiça

BRASILEIRA DE PROMOÇÃO DE EXPORTAÇÕES E INVESTIMENTOS - APEX E À AGÊNCIA BRASILEIRA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL - ABDI INCIDENTES SOBRE A FOLHA DE SALÁRIOS. EXISTÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL.

Nesse contexto, reconheço que a existência de recurso extraordinário que trata do mérito da matéria acima identificada é prejudicial à análise do recurso especial de mesmo objeto, razão pela qual os autos deverão retornar ao Tribunal de origem para que lá seja realizado o juízo de conformação com o precedente obrigatório da Suprema Corte.

Somente depois de realizada essa providência, que representa o esgotamento da instância ordinária, é que os autos poderão ser encaminhados para esta Corte Superior, para que aqui possam ser analisadas as questões jurídicas suscitadas e que não ficaram prejudicadas pelo novo pronunciamento do Tribunal *a quo*.

Ante o exposto, DETERMINO o sobrestamento do julgamento deste recurso até a realização do juízo de conformação pela Corte de origem com o precedente do STF (Tema 325), bem como a devolução dos autos ao Tribunal *a quo*, com a respectiva baixa, para que essa providência seja realizada.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator